



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP  
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2018

## PROCURADOR LEGISLATIVO



### INSTRUÇÕES PARA A PROVA ESCRITA

- Este caderno é composto por **80 questões** de múltipla escolha, cada uma contendo apenas uma alternativa correta.
- Verifique se o caderno contém todas as folhas e se as imagens ou gráficos estão plenamente legíveis. Caso haja algum problema, comunique imediatamente ao fiscal da sala.
- Utilize apenas caneta esferográfica preta ou azul para preencher sua **FOLHA DE RESPOSTAS**.
- **NÃO HAVERÁ TROCA DE FOLHA DE RESPOSTAS**. Portanto, leia atentamente as instruções contidas nela e tenha muita atenção ao preencher as alternativas selecionadas.
- As alternativas com **rasura** ou **dupla marcação** na Folha de Respostas serão consideradas **INCORRETAS**.
- A prova terá duração de **5 HORAS**, já contado o tempo para preenchimento da Folha de Respostas.
- O candidato somente poderá retirar-se depois de transcorridas **DUAS HORAS**, tempo mínimo de permanência na sala.
- Ao terminar sua prova, o candidato poderá levar o seu caderno de questões.

A divulgação do gabarito será feita a partir do dia 30/04/2018, através do site [www.indepac.org.br/concursos/](http://www.indepac.org.br/concursos/) e/ou [www.camaraguaruja.sp.gov.br](http://www.camaraguaruja.sp.gov.br)

**BOA SORTE!**



## LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I - para as questões de 01 a 10.

A entrada em pauta, no Supremo Tribunal Federal (STF), do caso que discute a validade do foro por prerrogativa de função nos faz lembrar que está parada no Congresso a proposta de emenda à Constituição que pretende, justamente, acabar com esse instituto popularmente conhecido como foro privilegiado.

Trata-se de uma demanda urgente e necessária. Afinal de contas, já se passaram 128 anos da proclamação da República e 32 anos do fim da ditadura militar. Não faz mais sentido mantermos no arcabouço legal alguns privilégios típicos de impérios e ditaduras.

É desejável e salutar que o Congresso retome a discussão porque, no processo legislativo, diferentemente do que ocorre no tribunal, é possível ampliar o foco e incluir no debate, por exemplo, o fato de o foro não ser o único instituto usado de forma distorcida em nosso arcabouço jurídico.

A questão não deveria ser, pura e simplesmente, colocar abaixo o instrumento do foro por prerrogativa de função, que foi criado originalmente para proteger os cargos e as instituições — não os seus ocupantes. O alvo da investida deve ser todo o sistema de privilégios.

Mudar o texto constitucional é um movimento muito sério, que deve servir ao aperfeiçoamento do sistema normativo.

Por isso, precisa ser precedido de um debate igualmente sério e aprofundado — o que, infelizmente, é raramente feito no Brasil. Tanto é assim que, desde 1988, quando foi promulgada nossa atual Constituição, já foram feitas 96 emendas. Nos Estados Unidos, cuja Constituição data de 1787, foram feitas só 27 emendas — a última, de 1992, proibiu deputados e senadores de aumentarem o próprio salário.

Mergulhado em profunda crise política e institucional, o país tem grande demanda por valores éticos mais rígidos, sobretudo com relação ao trato da coisa pública e à aplicação dos princípios da equidade perante a lei. Nesse sentido, o foro privilegiado não é a única afronta à igualdade de todos perante a lei.

É preciso inserir nesse debate a concessão indiscriminada de carros oficiais, de escoltas armadas, de viagens de avião, de

auxílio-moradia, de jantares, de festas pagas com dinheiro público e diversos outros exemplos.

(...)

Para retomar os rumos definidos na Constituição, é preciso banir as regalias e definir quais são as pouquíssimas funções que realmente requerem atenção do Judiciário contra as oscilações de adversários políticos e do mercado. Isso é proteger as instituições, não seus ocupantes.

A existência de milhares de detentores de foro e de outros privilégios, como ocorre hoje, é uma distorção cruel da lei.

LAMACHIA, Claudio. “Acabar com privilégios e proteger a República”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/11/1937454-acabar-com-privilegios-e-protoger-a-republica.shtml>>. Acesso em: 25/03/2018.

1. Assinale a alternativa que contenha uma leitura adequada das ideias do primeiro parágrafo.
  - (A) Uma proposta de anulação do foro privilegiado, há tempos parada, entrou em pauta e está para ser votada no STF.
  - (B) Ao pautar a discussão do foro privilegiado, o STF amplia discussões sobre tema análogo presente no Congresso.
  - (C) Não evolui no Congresso uma discussão sobre o fim do foro privilegiado, assunto ora imerso no STF.
  - (D) A inércia, no Congresso, da discussão sobre o fim do foro privilegiado é rememorada em razão de, no STF, o assunto ter entrado em pauta.
  - (E) A despeito da discussão sobre o foro privilegiado ter entrado em pauta no STF, o Congresso não parece preocupado com o assunto, como se vê pela inércia da proposta nessa casa.
2. Analise as seguintes alterações realizadas em algumas construções do segundo parágrafo:
  - I. Tratam-se de demandas urgentes e necessárias.
  - II. Já fazem 128 anos da proclamação da República.
  - III. Não faz mais sentido que se mantenham no arcabouço legal alguns privilégios típicos de impérios e ditaduras.Atende(m) às orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, a(s) construção(ões) presente(s) em
  - (A) I e II, apenas.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) I, apenas.
  - (D) III, apenas.
  - (E) I, II e III.
3. No início do último período do segundo parágrafo, caberia o uso, para explicitação da progressão das ideias no texto, do conectivo
  - (A) Destarte.
  - (B) Outrossim.
  - (C) Não obstante.
  - (D) Ademais.
  - (E) Mormente.

4. Considerando a leitura do terceiro parágrafo do texto, bem como as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) O deslocamento de “por exemplo” para depois de “o foro” altera as relações sintático-semânticas da frase original.
- (B) A construção da segunda oração do parágrafo na voz passiva implicaria uso da forma verbal “fosse retomada”.
- (C) Pode-se substituir a oração inicial do parágrafo por “Deseja-se e saúda-se”, que apresenta as formas verbais dos adjetivos nela usados.
- (D) O verbo ‘incluir’ é, no contexto em que se insere, transitivo indireto, ao passo que ‘ampliar’ é transitivo direto.
- (E) É legítimo trocar “ampliar o foco” por “ampliá-la o foco”, construção em que o pronome destacado, de valor possessivo, referir-se-ia a “discussão”.

5. A construção “que foi criado originalmente para proteger os cargos e as instituições – não os seus ocupantes”, presente no quarto parágrafo, está corretamente reescrita em:

- (A) cuja criação deveu-se à proteção dos cargos e das instituições – não à dos seus ocupantes.
- (B) a cuja criação deveu-se a proteção dos cargos e das instituições – não à de seus ocupantes.
- (C) em cuja criação baseou-se a proteção dos cargos e das instituições – não a de seus ocupantes.
- (D) por cuja criação deveu-se a proteção dos cargos e das instituições – não a de seus ocupantes
- (E) de cuja criação protegeram-se os cargos e as instituições – não os seus ocupantes.

6. Uma reescrita do início do 6º parágrafo coerente com as ideias nele presentes é

- (A) Por isso, acarreta um debate igualmente sério e aprofundado.
- (B) Por isso, precede-se a um debate igualmente sério e aprofundado.
- (C) Por isso, demanda um debate igualmente sério e aprofundado.
- (D) Por isso, prescinde de um debate igualmente sério e aprofundado.
- (E) Por isso, enseja um debate igualmente sério e aprofundado.

7. A oração que inicia o sétimo parágrafo (“Mergulhado em profunda crise política e institucional”) assume, no contexto em que se insere, valor semântico de

- (A) causa.
- (B) consequência.
- (C) condição.
- (D) tempo.
- (E) conformidade.

8. “Tanto é assim que, desde 1988, quando foi promulgada nossa atual Constituição, já foram feitas 96 emendas.”

Assinale a frase em que o termo sublinhado possui a mesma classificação morfológica que o destacado acima.

- (A) “É desejável e salutar que o Congresso retome a discussão (...)”.
- (B) “Tanto é assim que, desde 1988, quando foi promulgada nossa atual Constituição”.
- (C) “esse instituto popularmente conhecido como foro privilegiado”.
- (D) Nos Estados Unidos, cuja Constituição data de 1787, foram feitas só 27 emendas”.
- (E) “É desejável e salutar que o Congresso retome a discussão porque, no processo legislativo, (...) é possível ampliar o foco.”

9. No sétimo parágrafo, lê-se “sobretudo com relação ao trato da coisa pública e à aplicação dos princípios da equidade perante a lei”. Tal trecho pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido ou para a adequação à modalidade padrão da Língua Portuguesa, por:

- (A) sobretudo no que tange o trato da coisa pública e a aplicação dos princípios da equidade.
- (B) sobretudo em se tratando da coisa pública e a aplicação dos princípios da equidade.
- (C) sobretudo no que se concerne ao trato da coisa pública e da aplicação dos princípios da equidade.
- (D) sobretudo no tocante do trato da coisa pública e da aplicação de princípios da equidade.
- (E) sobretudo no que respeita ao trato da coisa pública e à aplicação de princípios de equidade.

10. De acordo com as ideias do texto,

- (A) o foro privilegiado é o principal problema da democracia brasileira nos dias atuais.
- (B) o foro privilegiado não se equipara, na lista dos problemas atuais da democracia brasileira, à oferta indiscriminada de outras regalias.
- (C) o foro privilegiado é um instituto injusto e totalmente inútil no atual estágio da democracia brasileira, de modo que é urgente dar cabo dele e das outras regalias.
- (D) o foro privilegiado é um instituto cuja finalidade principal foi desvirtuada, tornando-se - junto a outras regalias - manifestação inaceitável de iniquidade.
- (E) não só o foro privilegiado, mas também as demais regalias dos deputados e juizes estão no bojo da insatisfação das instituições para com aqueles que elas representam.

Texto II - para as questões de 11 a 15.

## Capítulo II

### Entre Deus e o Diabo

Deus recolhia um ancião, quando o Diabo chegou ao céu.

Os serafins que engrinaldavam o recém-chegado, detiveram-se logo, e o Diabo deixou-se estar à entrada com os olhos no Senhor.

— Que me queres tu? perguntou este.

— Não venho pelo vosso servo Fausto, respondeu o Diabo rindo, mas por todos os Faustos do século e dos séculos.

— Explica-te.

— Senhor, a explicação é fácil; mas permiti que vos diga: recolhi primeiro esse bom velho; dai-lhe o melhor lugar, mandai que as mais afinadas cítaras e alaúdes o recebam com os mais divinos coros...

— Sabes o que ele fez? perguntou o Senhor, com os olhos cheios de doçura.

— Não, mas provavelmente é dos últimos que virão ter convosco. Não tarda muito que o céu fique semelhante a uma casa vazia, por causa do preço, que é alto. Vou edificar uma hospedaria barata; em duas palavras, vou fundar uma igreja. Estou cansado da minha desorganização, do meu reinado casual e adventício. É tempo de obter a vitória final e completa. E então vim dizer-vos isto, com lealdade, para que me não considereis dissimulado... Boa ideia, não vos parece?

— Vieste dizê-la, não legitimá-la, advertiu o Senhor.

— Tendes razão, acudiu o Diabo; mas o amor-próprio gosta de ouvir o aplauso dos mestres. Verdade é que neste caso seria o aplauso de um mestre vencido, e uma tal exigência... Senhor, desço à terra; vou lançar a minha pedra fundamental.

— Vai.

— Quereis que venha anunciar-vos o remate da obra?

— Não é preciso; basta que me digas desde já por que motivo, cansado há tanto da tua desorganização, só agora pensaste em fundar uma igreja.

O Diabo sorriu com certo ar de escárnio e triunfo. Tinha alguma ideia cruel no espírito, algum reparo picante no alforje de memória, qualquer coisa que, nesse breve instante de eternidade, o fazia crer **superior ao próprio Deus**. Mas recolheu o riso, e disse:

— Só agora concluí uma observação, começada desde alguns séculos, e é que as virtudes, filhas do céu, são em grande

número comparáveis a rainhas, cujo manto de veludo rematasse em franjas de algodão. Ora, eu proponho-me a puxá-las por essa franja, e trazê-las todas para minha igreja; atrás delas virão as de seda pura...

(...)

ASSIS, Machado de. “A Igreja do Diabo” (fragmento). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000195.pdf>>. Acesso em 25 mar. 2018.

11. Releia este trecho:

“mas **permiti** que vos diga: **recolhei** primeiro esse bom velho; **dai**-lhe o melhor lugar”

Se os verbos nele destacados forem transpostos para o singular, mas mantidos na mesma pessoa, teremos:

- (A) mas permita que te diga; recolhe primeiro esse bom velho; dá-lhe o melhor lugar.
- (B) mas permite que te diga; recolhe primeiro esse bom velho; dá-lhe o melhor lugar.
- (C) mas permite que te diga; recolha primeiro esse bom velho; dá-lhe o melhor lugar.
- (D) mas permite que te diga; recolhe primeiro esse bom velho; dê-lhe o melhor lugar.
- (E) mas permita que te diga; recolhe primeiro esse bom velho; dê-lhe o melhor lugar.

12. No nono parágrafo, o Diabo afirma que “o amor-próprio gosta de ouvir o aplauso dos mestres”. Essa afirmação justifica a seguinte fala da mesma personagem:

- (A) “É tempo de obter a vitória final e completa.”
- (B) “em duas palavras, vou fundar uma igreja.”
- (C) “E então vim dizer-vos isto, com lealdade”
- (D) “para que me não considereis dissimulado”
- (E) “Boa ideia, não vos parece?”

13. Analise estes usos da vírgula:

- I. “Os serafins que engrinaldavam o recém-chegado, detiveram-se logo”
- II. “Verdade é que neste caso seria o aplauso de um mestre vencido, e uma tal exigência...”
- III. “Mas recolheu o riso, e disse”
- IV. “eu proponho-me a puxá-las por essa franja, e trazê-las todas para minha igreja”

Justifica(m)-se pela prescrição gramatical a(s) que ocorre(m) em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

14. O termo destacado no penúltimo parágrafo assume, na oração, a mesma função sintática que o termo sublinhado em

- (A) “para que me não considereis **dissimulado**”
- (B) “Que **me** queres tu?”
- (C) “Não venho pelo vosso servo **Fausto**”
- (D) “Vou edificar uma hospedaria **barata**”
- (E) “as virtudes, filhas do céu, são em grande número **comparáveis a rainhas**”

15. Em todas as alternativas seguintes as palavras estão grafadas corretamente, entretanto há **ERRO** ortográfico em:
- (A) O Diabo é excessivamente pretensioso ao propor que sua Igreja terá mais adeptos que a de Deus.
  - (B) O contorsionismo retórico do Diabo aborrece sobremaneira a figura divina.
  - (C) O Diabo, obsessivo, anuncia hereticamente a organização de uma nova Igreja.
  - (D) Ao tergiversar, o Diabo espezinha a paciência divina.
  - (E) Perspicazmente, o Diabo sugere a Deus que lhe estaria sendo elogioso.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Tratando-se da competência constitucional dos Municípios, é correto afirmar que são competentes para
- (A) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
  - (B) legislar sobre trânsito e transporte.
  - (C) planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
  - (D) legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
  - (E) criar Tribunais de contas Municipais.
17. Nos termos da Constituição Federal a respeito da ação popular, é **INCORRETO** afirmar que poderá ser proposto
- (A) anular ato lesivo ao patrimônio Público ou entidade de que o Estado participe.
  - (B) anular ato lesivo à moralidade administrativa.
  - (C) anular ato lesivo ao meio ambiente.
  - (D) anular ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural.
  - (E) anular ato lesivo às relações de consumo.

18. Em relação à lei da transparência, é correto afirmar que
- (A) não se aplica às empresas públicas e sociedades de economia mista.
  - (B) poderá ser negado acesso à informação necessária caso documentos ou informações versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticados por agentes públicos.
  - (C) são consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do estado e passíveis de classificação as informações cuja divulgação possa por em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional.
  - (D) não compreende o direito de obter informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação e contratos administrativos.
  - (E) somente pode apresentar pedido de acesso à informação através de advogado previamente constituído.

19. A constituição cujas normas efetivamente dominam o processo político, sendo efetivamente responsável por submeter o processo de poder aos seus termos e às suas normas é classificada como
- (A) constituição nominal.
  - (B) constituição definitiva.
  - (C) constituição semântica.
  - (D) constituição normativa.
  - (E) constituição garantia.

20. A respeito dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.
- (A) A teoria da eficácia horizontal direta defende que a incidência dos direitos fundamentais deve ser estendida às relações privadas mediante intermediação legislativa.
  - (B) Os direitos fundamentais, na dimensão objetiva, são vistos como um conjunto de valores ou fins a que a ação estatal deve perseguir, podendo ser utilizados como critérios de controle da ação estatal.
  - (C) O postulado da proporcionalidade se destina a definir o âmbito de aplicação das regras constitucionais.
  - (D) Considerando que os direitos fundamentais defendem os particulares de ações do poder público, o Supremo Tribunal Federal entende que tais direitos não se aplicam às relações privadas.
  - (E) Os direitos fundamentais de quarta dimensão estão diretamente ligados à igualdade material, compreendendo os direitos sociais, econômicos e culturais.

21. O processo legislativo consiste na forma por meio da qual os poderes constituídos, dentro dos limites impostos pelo sistema constitucional, exercem o seu dever constitucional de auto-organização do ente federado. A respeito do processo legislativo, assinale a alternativa correta.
- (A) É admitida, em regra, a emissão de medida provisória em matéria orçamentária.
  - (B) A edição de medidas provisórias nos Estados está condicionada à autorização expressa na Constituição Estadual, devendo a legislação local respeitar ao regime previsto na Constituição Federal.
  - (C) Os requisitos de relevância e urgência não se encontram sujeitos a controle judicial.
  - (D) O Presidente da República e a maioria dos membros de uma Casa Legislativa podem suscitar o regime de urgência constitucional, devendo em tal situação o projeto de lei ser apreciado no prazo máximo de 90 (noventa) dias.
  - (E) O veto, na condição de ato administrativo, pode ser objeto de retratação de parte do Poder Executivo.

22. A respeito do regime constitucional da política urbana, considere V (verdadeiro) ou F (falso) nas afirmações abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de cinquenta mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- ( ) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
- ( ) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em títulos da dívida urbana.

- (A) F / V / F
- (B) V / F / V
- (C) V / V / V
- (D) F / F / V
- (E) V / V / F

23. A respeito dos direitos políticos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os direitos políticos serão suspensos em função de condenação criminal transitada em julgado enquanto durar os seus efeitos, persistindo a suspensão inclusive na hipótese de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- (B) O cancelamento da naturalização não enseja, necessariamente, na perda dos direitos políticos.
- (C) A dissolução litigiosa da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a ilegitimidade prevista no §7º do artigo 14 da Constituição Federal.
- (D) Caso o titular possa ser candidato à reeleição para o período subsequente, é considerada legítima a candidatura do cônjuge para o mesmo cargo, sendo dispensada a renúncia do titular do cargo nos seis meses anteriores ao pleito.
- (E) A Constituição Federal não contempla hipóteses de inelegibilidades absolutas.

24. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários. Em relação à acumulação remunerada de cargos públicos, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) podem ser acumulados dois cargos de professor.
- (B) podem ser acumulados um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- (C) podem ser acumulados dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- (D) podem ser acumulados um cargo privativo de profissionais de saúde com outro técnico ou científico.
- (E) a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

25. São casos de dispensa de licitação, **EXCETO**

- (A) casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (B) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- (C) para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- (D) nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.
- (E) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

26. No caso de desapropriação por necessidade pública, é correto afirmar que

- (A) se dá mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
- (B) se dá mediante justa e prévia indenização em precatórios, ressalvados os casos previstos na Constituição.
- (C) se dá sem a necessidade de justa e prévia indenização no caso de iminente perigo ou interesse público.
- (D) é competência do Município legislar sobre desapropriações em seu território, eis que trata-se de interesse local.
- (E) poderá se dar pelo Poder Público municipal, mediante lei específica imóvel subutilizado ou não utilizado.

27. Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata o artigo 40 da CF serão aposentados:

- I. por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
- II. compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.
- III. voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as condições previstas na CF.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III, apenas.

28. A prestação de serviços públicos pode ser executada pelo próprio Estado diretamente, como pode ser delegada a terceiros por meio de contratos de parcerias. A respeito dos contratos de concessão e parcerias público-privadas, assinale a alternativa correta.
- (A) A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a suspensão da concessão.
  - (B) É vedado ao poder concedente autorizar a assunção do controle ou da administração temporária da concessionária por seus financiadores e garantidores com quem não mantenha vínculo societário direto.
  - (C) Nos contratos de financiamento, as concessionárias poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço.
  - (D) Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
  - (E) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
29. Fulano, agente responsável pela coordenação de licitações em determinada unidade, instrui processo administrativo com o objetivo de viabilizar a contratação direta dos serviços de aluguel de computadores. Na sua justificativa, informa que o prazo estimado para o contrato é de 06 (seis) meses, estando previsto para gastos com a contratação valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais). Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta.
- (A) A contratação de serviços essenciais, como acima apontado, pode ser dispensada de prévia reserva orçamentária.
  - (B) A comprovação da economicidade, na contratação direta, será realizada mediante declaração do agente responsável pela contratação, ficando dispensada a sua comprovação.
  - (C) Caso realizada a contratação direta em função do valor, o contrato pode ser prorrogado em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor previsto para a contratação.
  - (D) A Administração precisa dispor da efetiva disponibilidade financeira para efetuar a contratação.
  - (E) O processo de contratação direta deverá contar com a justificativa do preço praticado e a razão para a escolha do fornecedor do serviço.
30. A Administração divulga a realização de licitação. No momento indicado para o recebimento de propostas, não aparecem interessados. A licitação em questão pode ser conceituada como
- (A) deserta.
  - (B) fracassada.
  - (C) falhada.
  - (D) imperfeita.
  - (E) inválida.
31. A respeito da Lei de Improbidade Administrativa e a sua interpretação pelos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.
- (A) Os bens de família não podem ser objeto de medida de indisponibilidade prevista na Lei de Improbidade Administrativa.
  - (B) A ação de improbidade administrativa deve ser processada e julgada nas instâncias Superiores competentes quando proposta contra agente político que tenha foro privilegiado.
  - (C) O afastamento cautelar do agente público de seu cargo, previsto no parágrafo único do art. 20, da Lei nº 8.429/92, deve ser decretado quando recebida a ação pelo juízo competente.
  - (D) Os agentes políticos municipais se submetem aos ditames da Lei de Improbidade Administrativa - LIA, sem prejuízo da responsabilização política e criminal estabelecida no Decreto-Lei nº 201/1967.
  - (E) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não está sujeito às cominações previstas na Lei de Improbidade Administrativa.
32. O Município publicou determinada lei criando uma obrigação. Essa lei foi publicada em diário oficial e sua vigência era imediata. No dia seguinte à sua entrada em vigência, percebendo a necessidade de uma correção nesta lei, o Município faz nova publicação de seu texto para correção. Nesse caso, é correto afirmar que
- (A) o prazo de vigência da lei começará a correr da nova publicação.
  - (B) as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
  - (C) tanto a lei corrigida como a lei que a corrigiu são consideradas nulas por vício insanável.
  - (D) as correções a texto serão consideradas incorporadas à lei corrigida.
  - (E) a lei posterior revoga a anterior mesmo que não haja declaração expressa, com ela seja incompatível e seu texto não regule inteiramente a matéria da lei corrigida.
33. A câmara do Município derruba veto do Prefeito a um determinado projeto de lei regularmente aprovado. Convertido esse PL em Lei, observados os procedimentos legais necessários, em regra, essa lei passa a valer
- (A) 45 dias depois de publicada, salvo disposição em contrário.
  - (B) 30 dias depois de publicada, salvo disposição em contrário.
  - (C) no dia seguinte à sua publicação, independentemente de disposição em contrário.
  - (D) somente quando referendada pelo Poder Executivo através de decreto publicado em diário oficial.
  - (E) 15 dias úteis depois de publicada, salvo disposição em contrário.



34. O proprietário de um prédio inferior realizou obras com a finalidade de embarcar o fluxo das águas que correm naturalmente de um prédio superior. É correto afirmar que

- (A) a atitude é lícita, uma vez que o dono do prédio inferior não é obrigado a receber em sua propriedade essas águas, independentemente de correrem naturalmente.
- (B) a condição natural e anterior do prédio inferior pode ser agravada mesmo que diante a obras feitas pelo dono ou possuidor do prédio superior, pois trata-se de uma passagem natural das águas.
- (C) caso as águas sejam artificialmente levadas ao prédio superior, ou aí colhidas, correrem dele para o inferior, poderá o dono deste reclamar que se desviem, ou se lhe indenize o prejuízo que sofrer.
- (D) sendo caso de solo onde caem águas pluviais o proprietário do prédio superior pode impedir, ou desviar o curso natural das águas remanescentes pelos prédios inferiores.
- (E) o proprietário tem direito de construir barragens para represamento de água em seu prédio independentemente se as águas represadas invadirem prédio alheio.

35. De acordo com o Código Civil, prescreve em 05 (cinco) anos:

- (A) a pretensão de reparação civil.
- (B) a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.
- (C) a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
- (D) a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- (E) a pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários.

36. A respeito da classificação das obrigações, assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigação positiva de dar é aquela em que o sujeito passivo obriga-se a entregar alguma coisa certa, não se enquadrando em tal classificação a entrega de coisa incerta.
- (B) Na obrigação composta objetiva conjuntiva, o sujeito passivo deve cumprir todas as prestações estabelecidas, sob pena de incorrer em inadimplemento total ou parcial.
- (C) A obrigação objetiva disjuntiva ou alternativa é uma obrigação simples e se confunde com a obrigação de dar coisa incerta.
- (D) Se em uma obrigação houver dois ou mais devedores, tal obrigação será denominada de complexa subjetiva ativa.
- (E) A indivisibilidade de uma obrigação pode ser legal ou natural, mas nunca convencional ou econômica.

37. Sobre o penhor, de acordo com o disposto no Código Civil, é correto afirmar que

- (A) no penhor rural, industrial, mercantil e de veículos, as coisas empenhadas ficam em poder do credor, que as deve guardar e conservar.
- (B) o instrumento do penhor deverá ser levado a registro pelo devedor e não pelo credor; o instrumento do penhor comum será registrado no cartório de títulos e documentos.
- (C) perecendo a coisa, não se extinguirá o penhor.
- (D) credor pignoratício não é obrigado à defesa da posse da coisa empenhada.
- (E) produz efeitos a extinção do penhor depois de averbado o cancelamento do registro, à vista da respectiva prova.

38. Com base no disposto no Código Civil, assinale V (verdadeiro) ou F (falso) nas afirmações sobre as diferentes classes de bens.

- ( ) Considera-se móvel, para os efeitos legais, o direito à sucessão aberta.
- ( ) São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- ( ) Consideram-se imóveis, para os efeitos legais, os direitos pessoais de caráter patrimonial e as respectivas ações.
- ( ) Constitui universalidade de fato o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.

A ordem correta do preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- (A) F / F / V / V
- (B) V / F / F / V
- (C) F / V / V / F
- (D) V / V / F / F
- (E) F / V / F / F

39. Sobre o contrato de locação de coisas, disciplinado pelo Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Se, durante a locação, se deteriorar a coisa alugada, sem culpa do locatário, a este caberá pedir redução proporcional do aluguel.
- (B) Se o locatário empregar a coisa em uso diverso do ajustado, o locador não poderá rescindir o contrato, mas apenas exigir perdas e danos.
- (C) Salvo disposição em contrário, o locatário não goza do direito de retenção, no caso de benfeitorias necessárias, ou no de benfeitorias úteis.
- (D) O locatário é obrigado a restituir a coisa, finda a locação, no estado em que a recebeu, sem deteriorações, não se admitindo a justificativa de que as deteriorações são naturais ao uso regular empregado.
- (E) A locação por tempo determinado não cessa de pleno direito findo o prazo estipulado, dependendo de notificação ou aviso ao locatário.

40. Considera-se litigante de má-fé, **EXCETO**
- (A) deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso.
  - (B) alterar a verdade dos fatos.
  - (C) proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo.
  - (D) Provocar incidente manifestamente infundado.
  - (E) Interpor recurso contrário à jurisprudência dominante do Tribunal a que se dirige.

41. Tratando-se de prazo processual para advocacia pública, é correto afirmar que
- (A) os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.
  - (B) os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para contestar e em quádruplo para recorrer, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.
  - (C) os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.
  - (D) os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em quádruplo para todas as suas manifestações processuais.
  - (E) os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público não gozam de prazos diferenciados para suas manifestações processuais.

42. Com base no disposto no Novo Código de Processo Civil, considere V (verdadeiro) ou F (falso) nas afirmações sobre o Processo de Execução e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.
- ( ) Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta omissiva do executado que, intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores.
  - ( ) O exequente tem o direito de desistir de toda a execução, mas não pode desistir de apenas uma medida executiva específica.
  - ( ) A cobrança de multas ou de indenizações decorrentes de litigância de má-fé ou de prática de ato atentatório à dignidade da justiça será promovida em processo incidente instaurado pelo interessado.
  - ( ) O exequente pode cumular várias execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes, quando o executado for o mesmo e desde que para todas elas seja competente o mesmo juízo e idêntico o procedimento.
- (A) V / V / F / V
  - (B) F / F / V / F
  - (C) V / F / V / V
  - (D) F / V / F / F
  - (E) V / F / F / V

43. Com base no disposto no Novo Código de Processo Civil, assinale V (verdadeiro) ou F (falso) nas afirmações sobre a Forma, o Tempo e o Lugar dos Atos Processuais e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.
- ( ) Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos que versem sobre casamento, divórcio, separação, união estável, filiação e alimentos.
  - ( ) De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso. Dispensa-se a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.
  - ( ) O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes, aos seus procuradores e aos terceiros interessados.
  - ( ) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.
- (A) V / V / F / V
  - (B) V / F / F / V
  - (C) F / F / V / F
  - (D) F / V / V / F
  - (E) V / F / V / V

44. Sobre o recurso de agravo de instrumento, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto no Novo Código de Processo Civil.
- (A) O agravo de instrumento será dirigido ao juiz prolator da decisão atacada, que intimará a parte contrária e remeterá o recurso ao Tribunal, na forma da lei.
  - (B) Ainda que o juiz comunique que reformou inteiramente a decisão, o relator deverá julgar o agravo de instrumento tempestivamente interposto.
  - (C) Não cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre o mérito do processo.
  - (D) Recebido o agravo de instrumento no tribunal e distribuído imediatamente, o relator, no prazo de 5 dias, poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso.
  - (E) Se o recurso for interposto por sistema de transmissão de dados tipo fac-símile, as peças devem ser juntadas até o momento da inclusão em pauta do recurso.

<p>45. A Tutela provisória é mecanismo processual através do qual o Juiz antecipa um provimento judicial de mérito ou acautelatório antes da decisão final. Em relação à tutela provisória, é <b>INCORRETO</b> afirmar que</p> <p>(A) a de urgência, cautelar ou antecipada pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.</p> <p>(B) a provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.</p> <p>(C) a provisória conserva sua eficácia na pendência do processo e não pode ser revogada ou modificada até o julgamento de mérito.</p> <p>(D) o juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória.</p> <p>(E) a provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.</p>	<p>48. Na interpretação e integração da legislação tributária,</p> <p>(A) não existe uma ordem de preferência legal para aplicação de ferramentas de interpretação.</p> <p>(B) não se aplicam os princípios gerais de direito privado, tendo em vista que o Direito Tributário é ramo do direito público.</p> <p>(C) é vedada a aplicação da analogia que amplie o aspecto material da hipótese de incidência, porque em Direito Tributário vigora a regra da estrita legalidade.</p> <p>(D) não existe vedação legal expressa para aplicação da analogia.</p> <p>(E) o uso da equidade é proibido expressamente diante da regra da irretroatividade da lei tributária e do princípio da igualdade.</p>
<p>46. Considerando o disposto no Novo Código de Processo Civil a respeito dos recursos, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) O recurso adesivo será conhecido mesmo se houver desistência do recurso principal ou se for ele considerado inadmissível.</p> <p>(B) O recorrente poderá, a qualquer tempo, desde que com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.</p> <p>(C) O recurso adesivo será admissível na apelação, no recurso ordinário, no agravo de instrumento, no recurso extraordinário e no recurso especial.</p> <p>(D) Para aferição da tempestividade do recurso remetido pelo correio, será considerada como data de interposição de recebimento na Secretaria do Tribunal.</p> <p>(E) Dos despachos não cabe recurso e a parte que aceitar expressa ou tacitamente a decisão não poderá recorrer.</p>	<p>49. A respeito do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) É constitucional a cobrança ISS sobre operações de locação de bens móveis.</p> <p>(B) Os municípios, no exercício da competência suplementar, podem cobrar ISS fora das hipóteses previstas na legislação federal.</p> <p>(C) O custo dos materiais empregados na construção civil sempre comporão a base de cálculo do Imposto sobre Serviços.</p> <p>(D) Segundo o STJ, a competência tributária ativa para a cobrança do ISSQN recai sobre o município em que o serviço é efetivamente realizado, desde que, no local, haja unidade econômica ou profissional do estabelecimento prestador.</p> <p>(E) A base de cálculo do ISSQN incidente na prestação do serviço público de transporte coletivo é o valor da tarifa vigente na data da sua utilização e não o valor pago pelo usuário no momento da aquisição da passagem.</p>
<p>47. A respeito da disciplina da intervenção de terceiros feita pelo Novo Código de Processo Civil, é correto afirmar que</p> <p>(A) a assistência simples obsta que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação e renuncie ao direito sobre o que se funda a ação.</p> <p>(B) o direito regressivo não poderá ser exercido por meio de ação autônoma quando a denúncia da lide deixar de ser promovida no prazo legal.</p> <p>(C) a assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.</p> <p>(D) o juiz, considerando a relevância da matéria, poderá, por decisão recorrível, de ofício, solicitar a participação de pessoa natural ou jurídica, com representatividade adequada.</p> <p>(E) o incidente de desconsideração não é cabível em todas as fases do processo de conhecimento e também não é cabível no cumprimento de sentença.</p>	<p>50. Em relação ao domicílio tributário, na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de sua fixação na forma da legislação aplicável, é <b>INCORRETO</b> afirmar que</p> <p>(A) se considera como tal quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual.</p> <p>(B) se considera como tal quando a residência da pessoa natural é incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.</p> <p>(C) se considera como tal quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.</p> <p>(D) se considera como tal quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.</p> <p>(E) poderá a autoridade administrativa, em qualquer hipótese, considerar como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.</p>

<p>51. Determinado Município institui, no exercício de suas competências constitucionais, taxa, tendo por base imponível os serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis. A referida lei institui a possibilidade de cobrança do referido tributo em relação aos contribuintes cujos imóveis estejam sem utilização efetiva. Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Caso a lei defina o serviço como de utilização compulsória, será possível a cobrança da taxa mesmo que não haja a efetiva utilização do serviço.</p> <p>(B) É legítima a inclusão na base de cálculo da taxa os serviços de varrição pública.</p> <p>(C) A base de cálculo da taxa deve ter relação direta com os custos dos serviços prestados, sendo inválido utilizar como critério de aferição do tributo em questão a área construída do imóvel.</p> <p>(D) Estando autorizada a instituição da referida taxa na lei orgânica municipal, os elementos da obrigação tributária podem ser definidos por meio de decreto.</p> <p>(E) Em função da compulsoriedade do tributo, é legítima a cobrança da taxa de contribuintes residentes em áreas não abrangidas pelo serviço de coleta de lixo.</p>	<p>54. Suponha que, dentro do território municipal, haja uma grande área de propriedade da União na qual esteja instalado um aeroporto. Suponha ainda que a gestão do equipamento foi transferida à iniciativa privada por meio de um contrato de concessão e que uma parte da área foi sublocada pela concessionária a uma locadora de veículo, sendo esse espaço destinado à guarda dos veículos não locados. Considerando a situação hipotética e a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) É possível a cobrança do IPTU, que terá como sujeito passivo a concessionária de serviço público.</p> <p>(B) É vedada a cobrança de IPTU sobre terreno público, aplicando-se ao caso o princípio da imunidade recíproca.</p> <p>(C) É possível a cobrança de IPTU, não podendo constar como sujeito passivo da obrigação tributária o concessionário, por não exercer a posse com <i>animus domini</i>.</p> <p>(D) É vedada a cobrança de IPTU, por se tratar de área afetada à prestação de serviço público federal.</p> <p>(E) O STF reconheceu a existência de repercussão geral para a matéria, mas ainda não definiu posicionamento sobre o assunto.</p>
<p>52. A respeito do IPTU e considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) O cessionário de direito uso de imóvel público não é contribuinte do IPTU, pois detém a posse mediante relação de natureza pessoal, sem <i>animus domini</i>.</p> <p>(B) O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento com o recebimento pessoal do carnê de pagamento.</p> <p>(C) Cabe à Fazenda Pública comprovar a ausência de notificação do lançamento tributário pelo não recebimento do carnê de cobrança do IPTU.</p> <p>(D) É possível o município atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.</p> <p>(E) O locatário tem legitimidade ativa para litigar em ações de natureza tributária envolvendo o IPTU.</p>	<p>55. O procurador do Município patrocinou de forma indireta a defesa de interesses de determinada empresa para sua contratação pela administração pública. Essa conduta, para fins da legislação penal, é</p> <p>(A) lícita se o interesse patrocinado é legítimo.</p> <p>(B) ilícita se o patrocínio se deu valendo-se da qualidade de funcionário.</p> <p>(C) ilícita somente se o interesse patrocinado é ilegítimo.</p> <p>(D) lícita, pois configura exercício de um direito profissional.</p> <p>(E) lícita, pois somente se caracterizaria como crime se o patrocínio tivesse sido realizado diretamente.</p>
<p>53. O lançamento tributário consiste em etapa do procedimento tributário, objeto de especial atenção da doutrina e da legislação. A respeito do tema, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Por meio do lançamento é constituída a obrigação tributária.</p> <p>(B) O lançamento possui, em regra, efeitos prospectivos.</p> <p>(C) É legítima a realização de lançamento tendo por base pauta fiscal do ente tributante.</p> <p>(D) É vedada a impugnação do lançamento realizado com base em declaração efetuada pelo próprio contribuinte.</p> <p>(E) Na hipótese de lançamento por homologação, o crédito tributário é considerado extinto com o pagamento antecipado do tributo, sob a condição resolutória da ulterior homologação.</p>	<p>56. A respeito dos crimes contra a incolumidade pública, assinale a alternativa que está de acordo com o Código Penal.</p> <p>(A) As penas do crime de incêndio aumentam-se de um terço se o incêndio é culposo e se é cometido em embarcação, aeronave, motocicleta ou veículo de transporte individual ou coletivo.</p> <p>(B) Difundir doença ou praga que possa causar dano a floresta, plantação ou animais de utilidade econômica deixou de ser crime e agora é considerado como contravenção penal.</p> <p>(C) Fabricar, fornecer ou transportar, sem licença da autoridade, substância ou engenho explosivo, gás tóxico ou asfixiante, ou material destinado à sua fabricação é crime punido tanto na modalidade dolosa quanto culposa.</p> <p>(D) Expor a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, mediante explosão, arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos é crime punido com reclusão.</p> <p>(E) Expor a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, usando de gás tóxico ou asfixiante é crime punido apenas na modalidade dolosa.</p>

57. Sobre os crimes praticados por particular contra a Administração em geral, assinale a alternativa correta.

- (A) Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício é crime de corrupção passiva.
- (B) Segundo o STJ, crime de desobediência apenas se configura quando, desrespeitada ordem judicial, não existir previsão de outra sanção em lei específica, ressalvada a previsão expressa de cumulação.
- (C) Recentemente o STJ decidiu que, diante da força vinculante das recomendações expedidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, o crime de desacato teve sua tipificação penal afastada.
- (D) Não comete crime de contrabando quem vende, expõe à venda ou mantém em depósito, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira, mas sim delito de descaminho.
- (E) Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio é crime de desobediência, punido com detenção de quinze dias a seis meses.

58. Sobre os crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa que está de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

- (A) A importação não autorizada de cigarros constitui o crime de contrabando, passível de aplicação do princípio da insignificância.
- (B) É necessária a constituição definitiva do crédito tributário na esfera administrativa para a configuração dos crimes de contrabando e de descaminho.
- (C) O crime de sonegação de contribuição previdenciária, previsto no art. 337-A do Código Penal, não exige dolo específico para a sua configuração.
- (D) O crime de sonegação de contribuição previdenciária é de natureza formal e por isso não exige a constituição definitiva do débito tributário perante o âmbito administrativo para configurar-se como conduta típica.
- (E) O pagamento ou o parcelamento dos débitos tributários extingue a punibilidade do crime de descaminho, tendo em vista a natureza material do delito.

59. Por regra, é vedada a pena de cassação de direito políticos. Todavia, a própria Constituição Federal prevê exceções a essa regra. Entre as alternativas abaixo, são exceções de perda ou suspensão de direito políticos, **EXCETO**

- (A) cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- (B) incapacidade civil absoluta.
- (C) condenação criminal passada em 2ª instância, enquanto durarem seus efeitos.
- (D) recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.
- (E) improbidade administrativa.

60. Para composição das Câmaras Municipais, será observado um limite máximo de vereadores. Esse limite leva em conta o (a)

- (A) número de habitantes do Município.
- (B) receita tributária do Município dos últimos 4 anos.
- (C) Renda Per Capta do Município.
- (D) total de despesa em orçamento para remuneração dos Vereadores.
- (E) os limites previstos em cada lei Municipal.

61. Após a diplomação de uma determinada pessoa a mandato eletivo, é correto afirmar que

- (A) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (B) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante o Tribunal de Justiça no prazo de quinze dias, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (C) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de trinta dias, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (D) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante o Tribunal de Justiça no prazo de trinta dias, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (E) o mandato eletivo poderá ser impugnado no primeiro semestre após diplomação perante a Câmara de Vereadores no caso de Vereador e Prefeito, a Assembleia legislativa no caso de Deputado Estadual e Governador e ao Congresso Nacional no caso de Presidente, Senador ou Deputado Federal.

62. Assinale qual das seguintes condutas é vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais.

- (A) Realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos cinco últimos anos que antecedem o pleito.
- (B) Nos seis meses que antecedem o pleito, fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.
- (C) Ceder, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta, incluída na proibição a realização de convenção partidária.
- (D) Nos seis meses que antecedem o pleito, realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados, ainda que os recursos sejam destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra em andamento e com cronograma prefixado.
- (E) Ceder servidor público da administração direta municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor estiver licenciado.

<p>63. São condições de elegibilidade</p> <p>(A) ser brasileiro nato e filiação partidária um ano antes da data do pleito eleitoral.</p> <p>(B) o exercício condicional dos direitos políticos.</p> <p>(C) a idade mínima de dezoito anos para prefeito e vice-prefeito.</p> <p>(D) o alistamento eleitoral e o domicílio eleitoral na circunscrição.</p> <p>(E) a idade mínima de trinta e cinco anos para governador e vice-governador de estado.</p>	<p>66. A Lei n.º 9.605/98 prevê sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e prevê aplicação, de forma autônoma, de penas restritivas de direitos. É <b>INCORRETO</b> informar que se trata de uma pena restritiva de direito prevista nesta lei apenas</p> <p>(A) Prestação de serviços à comunidade.</p> <p>(B) Interdição temporária de direitos.</p> <p>(C) Suspensão parcial ou total de atividades.</p> <p>(D) Prestação pecuniária.</p> <p>(E) Desapropriação.</p>
<p>64. Com relação aos partidos políticos, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Os partidos políticos, antes de adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(B) Terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão os partidos políticos que tiverem eleito pelo menos cinco Deputados Federais.</p> <p>(C) É livre a criação de partidos políticos, resguardados a soberania nacional e o regime democrático, ainda que o partido criado não tenha caráter nacional.</p> <p>(D) Os partidos políticos poderão receber recursos financeiros de entidade estrangeira.</p> <p>(E) A Emenda Constitucional 97 acabou com as coligações partidárias em eleições proporcionais para deputados e vereadores, regra a ser aplicada a partir de 2020.</p>	<p>67. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Nesse sentido, é <b>INCORRETO</b> afirmar que</p> <p>(A) para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.</p> <p>(B) incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.</p> <p>(C) é dever do Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.</p> <p>(D) as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas ou à obrigação de reparar os danos causados.</p> <p>(E) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao meio ambiente, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.</p>
<p>65. Relativamente às atribuições do Ministério Público em relação às normas que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências e sua efetiva integração social, é <b>INCORRETO</b> afirmar que</p> <p>(A) das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer legitimado ativo, inclusive o Ministério Público.</p> <p>(B) o Ministério Público intervirá obrigatoriamente nas ações públicas, coletivas ou individuais, em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas.</p> <p>(C) o Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou particular, certidões, informações, exame ou perícias</p> <p>(D) esgotadas as diligências, caso se convença o órgão do Ministério Público da inexistência de elementos para a propositura de ação civil, promoverá fundamentadamente o arquivamento do inquérito civil, devendo remeter a reexame os autos ou as respectivas peças ao Conselho Superior do Ministério Público.</p> <p>(E) as medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência não poderão ser propostas pelo Ministério Público, que atuará na figura de custos legis.</p>	<p>68. É(São) instrumento(s) da Política Nacional de Recursos Hídricos:</p> <p>(A) a cobrança pelo uso de recursos hídricos.</p> <p>(B) os conselhos de meio ambiente e, no que couber, os de saúde.</p> <p>(C) o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária.</p> <p>(D) a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.</p> <p>(E) a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo.</p>

69. A respeito Dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos previstos na Política Nacional de Resíduos Sólidos, é correto afirmar que

- (A) a inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos pode ser utilizada para impedir a instalação de empreendimentos licenciados pelos órgãos competentes.
- (B) a existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos exige o município do licenciamento ambiental de aterros sanitários.
- (C) para municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos terá conteúdo simplificado.
- (D) a elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos é condição para os municípios terem acesso a recursos da união destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana.
- (E) além do plano municipal de resíduos sólidos, os municípios poderão elaborar planos específicos direcionados aos bairros e às aglomerações urbanas.

70. De acordo com a Lei 4320/64, a respeito da Despesa, pode-se afirmar que

- (A) classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público.
- (B) a Lei de Orçamento consignará explicitamente auxílio para investimentos que se devam incorporar ao patrimônio das empresas privadas de fins lucrativos.
- (C) se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente.
- (D) classificam-se como Transferências Correntes as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- (E) os créditos extraordinários serão abertos por meio de decreto legislativo do Poder Legislativo, que dele dará imediato conhecimento ao Poder Executivo, sob pena de crime de responsabilidade.

71. Sobre a Lei Orçamentária Anual, assinale a alternativa que está de acordo com a Lei Complementar 101/2000.

- (A) A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias.
- (B) É permitido consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- (C) A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro, ainda que esteja previsto no plano plurianual.
- (D) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- (E) Não integrarão as despesas da União, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo e a investimentos.

72. Ainda com relação à Lei Complementar 101/2000, é correto afirmar que

- (A) é proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.
- (B) por equiparar-se à operação de crédito, está permitida a assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços.
- (C) é possível que as entidades da administração indireta, inclusive suas empresas controladas e subsidiárias, concedam garantia.
- (D) os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até o dia primeiro de junho.
- (E) é vedado ao titular de Poder, nos últimos três quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele.

73. Assinale a alternativa que contempla prática que **NÃO** é vedada ao fornecedor de produtos ou serviços, de acordo com o disposto no Código de Defesa do Consumidor.

- (A) Enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço.
- (B) Deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério.
- (C) Impedir o ingresso em estabelecimentos comerciais ou de serviços de um número maior de consumidores que o fixado pela autoridade administrativa como máximo.
- (D) Executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.
- (E) Recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes.

74. Assinale a alternativa correta que indique a uma das competências atribuídas expressamente à Câmara de Vereadores do Município do Guarujá por meio da sua Lei Orgânica municipal respectiva.
- (A) Convocar os Secretários Municipais, Diretores e demais servidores públicos, no prazo de 5 (cinco) dias, para prestar, pessoalmente, informações sobre matéria de sua competência, previamente determinada.
- (B) Elaborar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, prevendo a receita e fixando a despesa, com base em planejamento adequado.
- (C) Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- (D) Dispor sobre a organização e execução dos seus serviços públicos, por administração direta ou sob o regime de concessão ou permissão, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- (E) Promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, de parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- 
75. Segundo a Lei Orgânica do Município do Guarujá, os vereadores **NÃO** podem
- (A) desde a expedição do diploma ou a posse, firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações, empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos municipais, salvo quando o contrato obedecer às cláusulas uniformes.
- (B) desde a diplomação, aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas sociedades de economia mista, fundações, empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos municipais, salvo quando o contrato obedecer às cláusulas uniformes.
- (C) desde a diplomação, serem proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada.
- (D) desde a diplomação, fixar residência fora do Município.
- (E) desde a diplomação, serem titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- 
76. Conforme disposto na Lei Orgânica do Município do Guarujá, a Câmara Municipal é composta dos seguintes órgãos:
- (A) Secretaria-Executiva, Mesa Diretora e Plenário.
- (B) Plenário, Comissões e Secretaria-Executiva.
- (C) Mesa Diretora, Comissões e Plenário.
- (D) Mesa Diretora, Secretaria Legislativa e Comissões.
- (E) Comissões, Secretaria Jurídica e Plenário.
- 
77. Considerando dentre as hipóteses de perda de mandato de vereador, segundo dispõe a Lei Orgânica do Município de Guarujá (SP), aquela que diz respeito a esta possibilidade em razão de o vereador eleito, diplomando a quem se conferiu a devida posse no Cargo político respectivo vir a ser condenado por sentença penal definitiva passada em julgado, é correto afirmar que
- (A) perderá, automaticamente, o mandato.
- (B) perderá, automaticamente, o cargo caso a hipótese acima proposta diga respeito à condenação judicial pela prática dos crimes punidos com penas cujos regimes de cumprimento sejam os de reclusão ou de detenção.
- (C) perderá o cargo na hipótese acima, caso a respectiva condenação penal imponha ao condenado o cumprimento de pena pela prática de crimes puníveis com penas em regime de cumprimento por prisão simples, detenção ou reclusão, desde que, a perda do mandato seja decidida pela Câmara Municipal de Guarujá (SP), por voto secreto e maioria simples, mediante provocação da Presidência da Câmara Legislativa Municipal de Guarujá, ou de partido político representando no Legislativo, assegurada ampla defesa.
- (D) perderá o mandato caso condenado por crime cujo regime de cumprimento da pena seja o de reclusão, desde que, assegurado, previamente, o direito da ampla defesa ao vereador, a Câmara Municipal de Guarujá (SP) assim o decida por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representando no Legislativo.
- (E) perderá o mandato após a prisão.
- 
78. Na hipótese de votação de projeto de Lei pelo qual se pretenda aprovar Estatuto de Servidores Públicos do Município de Guarujá (SP), assinale a alternativa correta.
- (A) Referida proposição, para que seja aprovada pelo Poder Legislativo de Guarujá, dependerá do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Casa de Leis local.
- (B) A esse tipo de proposição legislativa, para a sua aprovação na Câmara de Vereadores do Guarujá será necessário o voto da maioria simples dos membros do Legislativo local.
- (C) A aprovação do projeto de lei a que refere-se o enunciado desta questão dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- (D) Para aprovação do projeto de lei acima sugerido, far-se-á em dois turnos pelo voto de pelo menos 2/3 dos presentes a cada sessão legislativa.
- (E) Nesse caso, será necessário, para a aprovação da proposição referida no enunciado desta questão, o voto favorável da maioria simples dos presentes em pelo menos duas sessões legislativas consecutivas.



79. No caso de um dos vereadores da Câmara Legislativa do Município de Guarujá (SP) ser investido pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito do mesmo local no cargo de Secretário Municipal, e considerando o conteúdo de cada uma das alternativas abaixo, assinale a correta.

- (A) Na hipótese do enunciado, caberá à Mesa Diretora da respectiva Casa de Leis local declarar a vacância do cargo para que, em seguida, seja oficiado o acontecimento ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, a quem caberá homologar a investidura do vereador no novo cargo, ou reconduzi-lo, por decisão devidamente fundamentada ao exercício do cargo anterior.
- (B) A respeito da hipótese do enunciado, caberá à Presidência da respectiva Câmara Legislativa officiar o Tribunal Regional Federal acerca da vacância do cargo, para que este órgão proceda à homologação do pedido respectivo.
- (C) Acontecendo a hipótese sugerida acima, o Presidente da Câmara convocará, no prazo máximo de duas sessões legislativas, e sob pena de não o fazendo responder por crime de responsabilidade, uma sessão extraordinária para a homologação ou rejeição do ato do Chefe do Poder Executivo Local.
- (D) No caso de vereador ser investido pelo Chefe do Executivo local no cargo de Secretário Municipal, ficará extinta a vaga que por este motivo foi desocupada no Poder Legislativo até o advento de novas eleições, onde será ela provida por mandato nos termos da Lei Orgânica Municipal de Guarujá (SP).
- (E) Na hipótese da proposição do enunciado, o Presidente da Câmara convocará imediatamente o suplente para assumir o cargo na sessão seguinte àquela em que foi concedida a licença ou em sessão extraordinária no período de recesso.

80. A respeito das convocações extraordinárias no âmbito da Câmara de Vereadores do Município de Guarujá (SP), assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas poderá ser convocada, no período de recesso e mediante solicitação da maioria absoluta dos membros da Câmara, em caso de urgência ou interesse público relevante.
- (B) Somente possível no período de recesso.
- (C) Poderá ser convocada a qualquer tempo pelo Prefeito, em caso de urgência ou interesse público relevante.
- (D) Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara deliberará pela matéria para a qual foi convocada, com precedência às demais matérias.
- (E) Com esteio na Lei Orgânica de Guarujá (SP), as convocações legislativas extraordinárias apenas acontecerão por solicitação do Presidente da Casa de Leis ou da Mesa Diretora respectivas.